

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, SÉRIE ÚNICA, ESPÉCIE SUBORDINADA DA USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS

Pelo presente instrumento particular:

- (i) **USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS**, sociedade por ações com sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na rua Prof. José Vieira de Mendonça - 3011, inscrita no CNPJ sob o nº 60.894.730/0001-05, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada "EMISSIONORA"); e
- (ii) representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.**, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Av. Paulista, 2439 - 11º andar, inscrita no CNPJ/CPF sob o nº 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominado "AGENTE FIDUCIÁRIO"),

vêm por este e na melhor forma de direito firmar o presente Instrumento Particular da 3ª Emissão, Série Única de Debêntures simples, não conversíveis em Ações (doravante denominada "Escritura"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura é firmada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da EMISSIONORA, realizada em 24.04.2000, e da reunião do Conselho de Administração, realizada em 18.10.2000. A Assembléia Geral Extraordinária delegou ao Conselho de Administração a deliberação sobre a oportunidade de emissão e sobre as seguintes matérias: (i) época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures; (ii) época e condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver; (iii) o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures.

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A presente emissão de debêntures ("Debêntures") será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A 3ª emissão de debêntures da EMISSIONORA será registrada na Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada "CVM", na forma das Leis nºs 6.385, de 07.12.76; 6.404, de 15.12.76; 9.457, de 05.05.97; e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

A emissão ("Emissão") das Debêntures foi aprovada conforme as deliberações da Assembléia Geral Extraordinária da Usiminas, realizada em 24.04.2000, cuja ata foi publicada no "Diário Oficial do Estado de Minas Gerais" e nos jornais "Estado de Minas" e "Gazeta Mercantil", no dia 09.05.2000, e da Reunião do Conselho de Administração, realizada em 18.10.2000, cuja ata será publicada no "Diário Oficial do Estado de Minas Gerais" e nos jornais "Estado de Minas" e "Gazeta Mercantil".

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura será registrada no competente Registro de Imóveis da Cidade em que se localiza a sede da EMISSORA.

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da EMISSORA

A EMISSORA tem por objeto a exploração da indústria siderúrgica e o comércio de seus produtos e sub-produtos, podendo ainda explorar a atividade portuária para si ou para terceiros, importar e exportar e praticar outras atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços de qualquer natureza, correlatas ou não. A EMISSORA poderá, ainda, a critério do Conselho de Administração, participar de outras sociedades ou empreendimentos de qualquer natureza no País ou no exterior.

3.2. Número da Emissão

O presente instrumento de Escritura constitui a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única.

3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da presente emissão é de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de Reais), em série única, na Data de Emissão.

3.4. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos através da presente emissão de Debêntures terão como finalidade alargar o perfil da dívida existente.

3.5. Colocação e Procedimento

As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, sendo atendidos preferencialmente os clientes dos coordenadores que desejarem efetuar investimentos na Emissão, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos.

Registro da Negociação

As Debêntures terão registro para negociação no mercado secundário por meio do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP.

3.7. Certificados de Debêntures

A EMISSORA não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, definida no item 4.1.7 da Cláusula IV. Será reconhecido, como comprovante de titularidade, o "Relatório de Posição de Ativos" expedido pelo SND - Sistema Nacional de Debêntures, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no referido Sistema.

CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Total da Emissão

O valor total da emissão será de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), na Data de Emissão.

4.1.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão.

4.1.3. Número de Séries

A Emissão terá série única.

4.1.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 10.000 (dez mil) Debêntures.

4.1.5. Data de Emissão

A Data de Emissão das Debêntures, para todos os fins da Escritura, será o dia 20.11. 2000 ("Data de Emissão").

4.1.6. Prazo e Data de Vencimento

O prazo das Debêntures será de 36 (trinta e seis) meses vencendo-se, portanto, em 20.11.2003, ocasião em que a EMISSORA obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda se encontrem em circulação pelo valor nominal, acrescido da remuneração.

Forma

As Debêntures serão da forma nominativa escritural, sendo o Banco Itaú S.A. responsável pela escrituração das Debêntures.

4.1.8. Classe (Conversibilidade)

As Debêntures serão da classe simples, não conversíveis em ações.

4.1.9. Espécie

As Debêntures serão da espécie subordinada.

4.1.10. Amortização

A amortização das Debêntures será realizada no dia 20.11.2003, ou seja, na Data de Vencimento.

2. Limite da Emissão

Conforme o disposto no §4º do art. 60 da Lei nº 6.404/76 e por se tratar de emissão de debêntures da espécie subordinada, a Emissão não está vinculada aos limites estipulados no citado artigo.

4.3. Da Subscrição

4.3.1. Prazo de Subscrição

As Debêntures desta emissão poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que será de 6 meses a contar da data da concessão do registro pela CVM.

4.3.2. Preço de Subscrição

O preço de subscrição das Debêntures será o seu valor nominal acrescido de remuneração, apropriados desde a Data de Emissão até a data de subscrição, de acordo com a Cláusula IV, itens 4.4 e 4.5 da Escritura.

4.3.3. Integralização


A integralização será feita no ato da subscrição. As Debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário após totalmente integralizadas.

4.3.4. Forma de Pagamento

As Debêntures serão integralizadas conforme item 4.3.3, em moeda corrente nacional.

4.4. Da Atualização do Valor Nominal

O valor nominal não será atualizado.



Remuneração

As Debêntures desta emissão será conferida Remuneração com base em taxa de juros referenciados na taxa média dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia – “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, doravante denominada “Taxa DI”. A Remuneração será calculada a partir da Data de Emissão, com periodicidade de pagamento semestral, sendo o primeiro pagamento efetuado em 20 de maio de 2001 e o último em 20 de novembro de 2003, observado o disposto nos itens seguintes:

- Período de Vigência da Remuneração é o período compreendido entre a Data de Emissão até a data de vencimento das debêntures, ou seja, de 20 de novembro de 2000 até 20 de novembro de 2003, intervalo de tempo durante o qual permanecerão inalteradas as condições de remuneração definidas nesta Escritura de Emissão;
- Período de Capitalização é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na data de 20 de maio de 2001, iniciando-se nessa mesma data o próximo período de capitalização e encerrando-se em 20 de novembro de 2001 e assim, sucessivamente, semestralmente até o vencimento da Emissão em 20 de novembro de 2003. Cada “Período de Capitalização” sucede o anterior sem solução de continuidade;
- As Taxas serão calculadas de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis, incidentes sobre o valor nominal das debêntures desde a Data da Emissão, ou data de vencimento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento.

A Remuneração das debêntures será determinada pela aplicação da seguinte fórmula:

$$JR = VN \times [(f_1 \times f_2 \times f_3 \times \dots \times f_j) - 1], \text{ onde:}$$

JR = valor da Remuneração a ser paga no final de cada Período de Capitalização;

VN = valor nominal unitário da debênture na Data de Emissão;

$(f_1 \times f_2 \times f_3 \times \dots \times f_j)$ = fator de variação acumulada no Período de Capitalização da Remuneração, calculado conforme abaixo;

Os termos $f_1, f_2, f_3, \dots, f_j$ serão obtidos de acordo com a seguinte fórmula:

$$f_j = \left\{ \left[\left(1 + \frac{\text{Taxa DI}_j}{100} \right)^{\frac{1}{252}} - 1 \right] \times S \right\} + 1, \text{ onde:}$$

f_j = fator diário da Taxa DI;

Taxa DI_j = Taxa DI, em percentual ao ano, base 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP, referente ao dia “j”;

S = Percentual da Taxa DI igual a 104% (cento e quatro por cento) expressa em forma decimal com quatro casas;

A aplicação da Taxa DI incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de aditamento à presente Escritura de Emissão.

A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida e paga semestralmente, sendo os pagamentos efetuados a partir do 6º mês contado da Data de Emissão, inclusive, vencendo-se o primeiro, portanto, no dia 20 de maio de 2001 e os demais em 20 de novembro de 2001, 20 de maio de 2002, 20 de novembro de 2002, 20 de maio de 2003 e 20 de novembro de 2003, data de vencimento das debêntures.

No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida de *spread*, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para definição, de comum acordo com a Emissora, do parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida de *spread*, se houver, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

4.6. Das Condições de Pagamento

4.6.1. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP, ou, na hipótese de o debenturista não estar vinculado a esse sistema: (i) na sede da EMISSORA; ou, conforme o caso, (ii) pela instituição financeira contratada para este fim.

4.6.2. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data de pagamento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário, na Cidade de Belo Horizonte, MG, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo e feriado nacional.

4.6.3. Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos

...dos e não pagos pela EMISSORA ficarão sujeitos a multa não compensatória de 2% e juros de mora de 1% ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso, e acrescidos da remuneração devida nos termos desta Escritura, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.6.4. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item precedente, o não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da EMISSORA, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela EMISSORA, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.7. Das Comunicações

4.7.1. Publicidade

Todos os atos e decisões que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados na forma de avisos, na edição nacional do jornal "Gazeta Mercantil", sempre com antecedência mínima de 10 (dez) dias, devendo a EMISSORA avisar, tempestivamente, o AGENTE FIDUCIÁRIO da realização de qualquer publicação.

4.7.2. Endereçamento

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para EMISSORA:

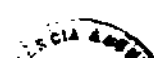

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A - USIMINAS
Rua Prof José Vieira de Mendonça, 3011
CEP: 31310-260 - Belo Horizonte - MG
At. Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Telefone: (31) 3499-8775
Fac-símile: (31) 3499-8771
E-mail: ppenido@usiminas.com.br

Para o AGENTE FIDUCIÁRIO:

Planner Corretora de Valores S/A
Avenida Paulista, nº 2.439, 11º andar
CEP: 01311-300, São Paulo / SP
At. Departamento de Agente Fiduciário
Telefone: (11) 3061-9444 ramais 459 / 472
Fac-símile: (11) 3061-0964
E-mail: agfiduciario@planner.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriurador:

Banco Itaú S/A
Rua XV de Novembro, 318 - Térreo
CEP: 01014-919- São Paulo-SP



Sr. José Nilson Cordeiro
Telefone: (11) 237-5518
Fac-símile: (11) 605-1090

Para a CETIP Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos:

Rua Libero Badaró, nº 425, 24º andar
CEP: 01009-000 - São Paulo / SP
At. Sr Fábio Benites
Telefone: (11) 3111-1506
Fac-símile: (11) 3115-2553
E-mail: fbenites@cetip.com.br

As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio sob protocolo ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem.

A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela EMISSORA.

CLÁUSULA V - DA COMPRA OU RESGATE DOS TÍTULOS PELA EMISSORA

5.1. Aquisição Facultativa

A EMISSORA poderá, a qualquer tempo, respeitados os prazos mínimos, adquirir Debêntures desta emissão em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal acrescido da remuneração, observado o disposto no parágrafo 2º do art. 55 da Lei nº 6.404/76. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da EMISSORA ou colocadas novamente no mercado.

5.2. Cancelamento

Ressalvado o disposto na cláusula anterior, as Debêntures que não forem colocadas no mercado, quando da distribuição primária, deverão ser canceladas não podendo ser mantidas em tesouraria.

5.3. Resgate Antecipado

As Debêntures poderão ser resgatadas, a critério do Conselho de Administração da EMISSORA, observado o prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias a contar da data do primeiro dia do mês em que ocorrer o início da distribuição pública e mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo seu valor nominal e acrescido da remuneração *pro rata temporis*.

Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do AGENTE FIDUCIÁRIO e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto no item 4.7.1., inclusive no que concerne às regras do sorteio.

5.4. Vencimento Antecipado

O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às Debêntures objeto da Emissão e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do seu valor nominal, acrescido da remuneração devida até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- a) Protesto legítimo e reiterado de títulos contra a EMISSORA, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela EMISSORA, se for cancelado ou ainda se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência;
- b) pedido de concordata preventiva formulada pela EMISSORA;
- c) liquidação ou decretação de falência da EMISSORA;
- d) falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação prevista na Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO;
- e) vencimento antecipado de qualquer dívida da EMISSORA em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias da EMISSORA previstas nesta Escritura.

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA obrigar-se-á adicionalmente a:

- a) não pagar dividendos, salvo o dividendo obrigatório previsto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, ou qualquer outra participação estatutária em lucros, se estiver com mais de 30 (trinta) dias em mora relativamente ao pagamento de juros e rendimentos objetos da Escritura, cessando tal proibição tão logo purgada a mora;
- b) manter em adequado funcionamento serviço de atendimento aos debenturistas, para assegurar-lhes tratamento eficiente, ou contratar instituições autorizadas a prestar estes serviços;
- c) proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- d) convocar Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente emissão nos termos desta escritura caso o AGENTE FIDUCIÁRIO não o faça;
- e) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus

acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;

- f) notificar o AGENTE FIDUCIÁRIO sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da EMISSORA;
- g) fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:
 - (i) dentro de no máximo 60 dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
 - (ii) dentro de no máximo 120 dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à EMISSORA, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da EMISSORA;
 - (iii) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de Debêntures que lhe venha a ser solicitada; e
 - (iv) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6.12.1993, nos prazos ali previstos.

CLÁUSULA VII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

A EMISSORA constitui e nomeia AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão objeto desta Escritura, PLANNER CORRETORA DE VALORES S/A, acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente escritura, representar perante a EMISSORA a comunhão dos titulares das Debêntures.

7.2. Declaração

O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

- a) Sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei nº. 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23.11.1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- b) Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- c) Aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- d) Estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31.10.1990, do Banco Central do Brasil.

A EMISSORA também declara não ter qualquer ligação com o AGENTE FIDUCIÁRIO que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3. Substituição

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá a EMISSORA efetuar a substituição.

Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28, de 23.11.1983, e eventuais normas posteriores.

A substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser averbado no Cartório de Registro de Imóveis no qual será registrada a presente Escritura.

O AGENTE FIDUCIÁRIO entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos da CVM.

7.4. Deveres

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

- a) Proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) Renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados

com o exercício de suas funções;

- d) Verificar a observância, pela EMISSORA, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, em função de garantia real ou privilégio geral oferecido;
- e) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- f) Promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- g) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- h) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- i) Convocar, quando necessário, a assembléia de debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, de acordo com o item 4.7.1;
- j) Comparecer à assembléia dos debenturistas, mesmo que não a tenha convocado, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- k) Elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - k.1) Eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação de informações pela EMISSORA;
 - k.2) Alterações estatutárias ocorridas no período;
 - k.3) Comentários sobre as demonstrações contábeis da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da EMISSORA; -
 - k.4) Posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - k.5) Resgate, amortização e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela EMISSORA;
 - k.6) Constituição e aplicações do fundo de amortização das Debêntures, quando for o caso;
 - k.7) Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da EMISSORA;
 - k.8) Cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;

k.9) Declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO.

l) Colocar o relatório de que trata o inciso "k" à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais:

l.1) na sede da EMISSORA;

l.2) no seu escritório ou, quando Instituição Financeira, no local por ela indicado;

l.3) na CVM;

l.4) nas Bolsas de Valores, quando for o caso;

l.5) Na Instituição que liderou a colocação das Debêntures.

m) Publicar, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "l";

n) Manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à EMISSORA;

o) Coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas;

p) Administrar os recursos da emissão na ocorrência da hipótese prevista no §2º do artigo 60 da Lei nº 6.404/76;

q) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

r) Notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela EMISSORA, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

r.1) à CVM; e

r.2) às Bolsas de Valores, quando for o caso;

7.5. Atribuições Específicas

O AGENTE FIDUCIÁRIO usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

a) Declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

Requerer a falência da EMISSORA se não existirem garantias reais;

- c) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;
- d) Representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA.

O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) do *caput* deste item se, convocada a Assembléia dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação, quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea (d) do *caput* deste item.

7.6. Remuneração

Será devida ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da guínte forma:

- a) Parcelas semestrais de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais) cada uma, vencendo-se a primeira no 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da obtenção do registro na CVM; a segunda parcela 6 (seis) meses após a data de vencimento da primeira parcela e as parcelas seguintes nas mesmas datas dos anos posteriores;
- b) As remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o AGENTE FIDUCIÁRIO ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela EMISSORA;
- c) As parcelas referidas acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), ou na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela anual, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas "pro-rata die" se necessário;
- d) As remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de AGENTE FIDUCIÁRIO, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela EMISSORA. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à EMISSORA;
- e) Em caso de inadimplência da EMISSORA, todas as despesas com procedimentos legais em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em Lei, ressarcidas pela EMISSORA. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, custas judiciais e taxas judiciárias nas ações propostas pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos

debenturistas, bem como a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO na hipótese da EMISSORA permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o AGENTE FIDUCIÁRIO solicitar garantia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

- f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura;
- g) As remunerações serão acrescidas do Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS), Contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) e de quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

7.7. Despesas

EMISSORA ressarcirá ao AGENTE FIDUCIÁRIO todas as despesas que o mesmo tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à EMISSORA.

As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b) extração de certidões;
- c) locomoções entre estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA VIII - DA ASSEMBLÉIA GERAL DOS DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

A assembléia de debenturistas pode ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.



8.2. Quorum de Instalação

A assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

8.3. Mesa Diretora

A presidência da assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

Nas deliberações da assembléia, a cada debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das Debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação.

CLÁUSULA IX - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da EMISSORA prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

9.2. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim certos e ajustados, firmam esta escritura em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas ao final identificadas.

Belo Horizonte, 23 de outubro de 2000

Paulo Perido Pinto Marques
Diretor de Finanças e Relações com Investidores

RINALDO CAMPOS SOARES
Diretor - Presidente

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S/A - USIMINAS

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Testemunhas:

1.

Nome: Carlos Queiroga de Aguiar
RG: Gerência de Finanças
CPF: 118.300.896-87

Nome: Catherine A. D. M. Barbosa
RG: 21.379.088
CPF: 143.231.668-67

